



Órgão : 3ª TURMA CRIMINAL
Classe : RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
N. Processo : **20180710060296RSE**
(0005691-75.2018.8.07.0007)
Recorrente(s) : F.M.D.L.R.
Recorrido(s) : M.P.D.D.F.E.T.
Relator : Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR
Acórdão N. : 1192573

E M E N T A

DIREITO PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRELIMINAR DE NULIDADE. JUNTADA EXTEMPORÂNEA DE DOCUMENTO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. IMPROCEDENTE. JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. DENÚNCIA POR LESÃO CORPORAL. INDÍCIOS DE TENTATIVA DE FEMINÍCIDIO. DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. TRIBUNAL DO JÚRI. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO PROCEDENTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Não há nulidade, por inobservância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, em razão da juntada extemporânea de documento pelo Ministério Público, em sede de alegações finais. A Defesa teve inequívoca ciência do conteúdo do vídeo, bem como lhe foi oportunizada a manifestação nos autos, inclusive requerer o desentranhamento da referida prova.

2. Havendo indícios mínimos de ter o réu agido com *animus necandi*, deve ser mantida a decisão que declinou da competência para o Tribunal do Júri, cabendo ao Conselho de Sentença a análise aprofundada das provas.

3. Recurso conhecido e não provido.

A C Ó R D ã O

Acordam os Senhores Desembargadores da **3ª TURMA CRIMINAL** do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, **WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR** - Relator, **SEBASTIÃO COELHO** - 1º Vogal, **NILSONI DE FREITAS CUSTODIO** - 2º Vogal, sob a presidência da Senhora Desembargadora **NILSONI DE FREITAS CUSTODIO**, em proferir a seguinte decisão: **CONHECIDO. NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília(DF), 8 de Agosto de 2019.

Documento Assinado Eletronicamente

WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR

Relator

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso em sentido estrito interposto por **F. M. R.** contra a decisão proferida pela MM. Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Taguatinga (fls. 169-171), que declinou da competência em favor do Tribunal do Júri daquela mesma comarca, porquanto há indícios de que a prática delitiva narrada na peça acusatória, em tese, subsume-se ao crime de feminicídio na forma tentada.

Irresignada, a Defesa do acusado interpôs recurso em sentido estrito, no qual requer, preliminarmente, o reconhecimento de nulidade da decisão atacada, por inobservância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, sob o argumento de que se mostra ilegal a juntada da mídia de fl. 144, pelo Ministério Público, em sede de alegações finais. No mérito, sustenta que a decisão que declinou da competência deve ser reformada, porquanto as provas carreadas aos autos não demonstram que o recorrente agiu com *animus necandi* em relação à vítima.

Contrarrazões às fls. 206-211, manifestando-se pelo conhecimento e pelo desprovimento do recurso.

A decisão impugnada foi mantida à fl. 213, por seus próprios fundamentos.

A 7ª Procuradoria de Justiça Criminal, por intermédio do d. Procurador de Justiça, oferta parecer pelo conhecimento e pelo desprovimento do recurso (fls. 223-223v).

É o relatório.

V O T O S

O Senhor Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - Relator

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso em sentido estrito.

F. M. R. foi denunciado como incurso nos arts. 129, § 9º; 147; 155, *caput*, e 218-C, § 1º, todos do Código Penal, porque no dia 29 de novembro de 2018, por volta das 19h, na CS 08, Lote 3/4, Hotel Canadá, Taguatinga Sul, o réu, de forma livre e consciente, supostamente ofendeu a integridade física de sua ex-esposa **K. B. D. L.**, causando-lhe lesões corporais, bem como ameaçou-s de lhe causar mal injusto e grave.

No mesmo contexto, o denunciado subtraiu um aparelho celular LG K4, pertencente à vítima.

Além do mais, a denúncia narra que, no dia 30 de novembro de 2018, o denunciado, voluntária e conscientemente, publicou e divulgou em redes sociais, sem o consentimento de K. e com o objetivo de vingança e humilhação, cena de nudez da ofendida.

A peça acusatória narra que o denunciado e a vítima foram casados por seis meses e estavam separados na data dos fatos. Afirma ainda que os crimes foram baseados em evidente situação de desigualdade de gênero diante da não satisfação das expectativas do denunciado de que a vítima informasse seu paradeiro e da indignação com o término do relacionamento amoroso.

Nas circunstâncias de tempo e local descritas alhures, F. foi até o local de trabalho da vítima - Hotel Canadá - e disse: "*vou te ensinar a parar de ficar fugindo de mim*". Ato contínuo, desferiu murros e chutes na vítima e, mesmo K. caída ao chão, o acusado continuou a agredí-la. O ataque apenas cessou no momento em que uma colega de trabalho de K. gritou para que o proprietário do hotel socorresse a vítima. O denunciado, então, apossou-se do aparelho celular da vítima e empreendeu fuga do local.

Outrossim, na madrugada do dia 30/11/2018, de posse do celular da vítima, o denunciado ingressou nas redes sociais da ofendida e enviou, sem o consentimento dela, imagem de nudez de K. (fl. 21-22) para o grupo de WhatsApp em que participavam colegas de trabalho da vítima. O denunciado ainda publicou a mesma foto em uma rede social da vítima - Facebook, tudo com o objetivo de se vingar e humilhá-la, em razão de seu inconformismo com o término do relacionamento.

A denúncia foi recebida pela douta Juíza de 1º grau, em 15/1/2019 (fls. 75-75v).

A audiência de instrução e julgamento foi realizada no dia 22/2/2019 (fl. 124-124v), oportunidade em que foram colhidos os depoimentos da vítima K. B. D. L., das testemunhas E. M. D. S., A. B. D. O. T. e E. A. D. O. e da informante M. D. L. F. D. C.. Em seguida, procedeu-se o interrogatório do acusado.

Durante a audiência, o MPDFT aditou a exordial para imputar ao réu a prática do crime de roubo descrito no art. 157, *caput*, do Código Penal, ao invés da imputação do crime de furto, previsto no art. 155 do CP (fl. 124), sob o argumento de que *"o denunciado, mediante violência física e depois de reduzir a capacidade de resistência da vítima, subtraiu, para si, um aparelho celular LG K4, prata, pertencente à vítima K.. O denunciado, após acertar um golpe que deixou a vítima impossibilitada de resistir, subtraiu seu aparelho celular. A subtração ocorreu concomitante às agressões físicas"*.

Na mesma ocasião, a MM. Juíza *a quo* recebeu o aditamento à denúncia.

Encerrada a instrução processual, os autos foram encaminhados ao Ministério Público para apresentação de alegações finais.

Juntamente com os memoriais, o MPDFT juntou aos autos a mídia de vídeo de fl. 144, contendo imagens do momento das agressões à vítima.

Em seguida, a Defesa do réu apresentou alegações finais às fls. 150-159, oportunidade em que requereu, entre outros pedidos, o desentranhamento da mídia acostada à fl. 144.

Posteriormente, a MM. Juíza proferiu decisão declinando da competência para o Tribunal do Júri, nos seguintes termos:

*Analisando detidamente os elementos de prova produzidos nos autos, **concluo que há fortes indícios de que a conduta do acusado melhor se subsume não ao tipo penal disposto no artigo 129, § 9º, do CP, mas sim tipologia do delito de feminicídio tentado (artigo 121, § 2º, VI, c/c o artigo 14, II, ambos do CP).***

Da narração dos fatos e os elementos probatórios reunidos nos autos se extrai dúvida razoável acerca da prática não do crime de lesão corporal, mas sim de feminicídio, na modalidade tentada, haja vista a existência de indícios veementes de que foi o dolo de matar que

animou a conduta do agente.

Com efeito, o acusado agrediu a vítima com socos e chutes violentos no rosto e cabeça, local de grande letalidade, deixando-a com a face completamente desfigurada. É o que se extrai da mídia de fl. 144.

Ademais, a testemunha E. M. D. S., que presenciou as agressões, disse que "o acusado estava agredindo a vítima nas escadas; que A. me gritou; que quando cheguei no meio das escadas o acusado ameaçou tirar alguma coisa da jaqueta; que levei um susto; que o acusado saiu correndo, entrou no carro e foi embora; que o acusado só parou de bater quando me viu; que o acusado apenas ameaçou, mas não puxou nada;" (fl. 126).

No mesmo sentido, A. B. D. O. T., testemunha que também presenciou os fatos, informou em juízo "que quando acusado viu que estava aglomerando muita gente, ele entrou no carro e fugiu; que o rosto da vítima ficou desfigurado; que achei que ela não fosse sobreviver," (fl. 127).

A despeito de o acusado ter dito em seu interrogatório judicial que cessou as agressões por livre e espontânea vontade, extraem-se indícios claros e veementes da existência do animus necandi e da ausência de desistência voluntária.

Sabe-se que a intenção do agente, no momento do ato, há de ser investigada segundo o ponto de vista de sua vontade, que deve ser extraída dos elementos probatórios colhidos.

Assim, as provas carreadas aos autos, mormente as imagens das agressões (fl. 144) e a prova oral obtida durante a fase de instrução, apontam indícios de que o agressor pretendia matar a vítima quando a golpeou por diversas vezes com violentos socos e chutes na cabeça, inclusive quando estava caída ao chão.

Registre-se que a prova técnica (fls. 58/63) aponta que a vítima sofreu múltiplas lesões, especialmente na face, não sendo possível concluir, neste momento, pela ausência de animus necandi.

Pelas mesmas razões, não há como reconhecer, por ora, a ocorrência da desistência voluntária.

Acrescento que, na verdade, há fortes indícios de que o acusado apenas encerrou as agressões quando visualizou a presença de terceiros, notadamente os funcionários do hotel em que a vítima trabalhava.

Logo, não se pode afirmar, indene de dúvidas, que o réu desistiu voluntariamente de prosseguir na execução do crime. Ao contrário, a prova

oral produzida é hábil a apontar que a ofendida foi brutalmente agredida e que réu somente fugiu após a intervenção de pessoas na cena do crime. A par disso, verifico que há dúvida séria e razoável de que a conduta do réu caracteriza-se, em tese, como delito de feminicídio, na sua forma tentada (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal), razão pela qual deve ser apreciada e dirimida pelo juiz natural dos crimes dolosos contra a vida, qual seja, Tribunal do Júri, nos termos do art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "d", da Constituição Federal, sob pena de usurpação indevida de sua competência.

(...)

Ressalta-se que a prática, em tese, de tentativa de crime de feminicídio, ainda que os fatos tenham ocorrido em situação de violência doméstica e familiar contra a vítima mulher, não afasta a competência do Tribunal do Júri. Ela está fixada no artigo 50, inciso XXXVIII da Constituição Federal, artigo 74, caput e § 1º do Código de Processo Penal e no artigo 19, inciso I da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, que prevê que durante todo o processamento a competência será do Tribunal do Júri, prevalecendo sobre aquela atribuída pela Lei nº 11.340/2006 ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

"CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. Demonstrada a possível ocorrência de tentativa de homicídio, ainda que os fatos tenham ocorrido em situação de violência doméstica e familiar contra mulher, a competência para o processo e julgamento é do Tribunal do Júri. Conflito negativo de jurisdição conhecido. Fixada a competência do Juízo suscitante, a Vara do Tribunal do Júri de Samambaia." (Acórdão n.665566, 20130020028796CCR, Relator: SOUZA E AVILA, Câmara Criminal, Data de Julgamento: 01/04/2013, Publicado no DJE: 03/04/2013. Pág.: 76)

Deste modo, tenho que a competência para o processo e julgamento é do Tribunal do Júri, competente inclusive para processamento e julgamento dos demais crimes conexos.

Ante o exposto, **DECLINO DA COMPETÊNCIA para o processamento e julgamento dos presentes autos em favor do Tribunal do Júri desta Circunscrição Judiciária**, com nossas homenagens de estilo.

MANTENHO AS MEDIDAS PROTETIVAS OUTRORA DEFERIDAS EM

FAVOR DA VÍTIMA. MANTENHO A PRISÃO DO ACUSADO, UMA VEZ QUE MANTEM-SE HÍGIDA A FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO DE FLS. 42/44v. (grifos e destaques nossos).

Inicialmente, analiso a preliminar de nulidade decorrente da juntada extemporânea de elemento de prova carreado aos autos pelo Ministério Público após a audiência de instrução, consistente na mídia de vídeo com imagens do momento das agressões proferidas pelo acusado em desfavor da vítima.

O art. 231 do Código de Processo Penal prescreve que "*Salvo os casos expressos em lei, as partes poderão apresentar documentos em todas as fases do processo*".

Acerca do dispositivo legal, Renato Brasileiro de Lima¹ leciona: "*A regra, no tocante à produção da prova documental, é que as partes podem juntar documentos em qualquer fase do processo, só podendo haver o indeferimento do órgão julgador quando os documentos apresentados tiverem caráter meramente protelatório ou tumultuário*".

Nessa hipótese, a garantia do contraditório é essencial, seja o documento apresentado pelo Ministério Público ou pela Defesa, sendo necessário que a parte contrária tenha inequívoca ciência do seu teor para que possa se manifestar e, se o caso, requerer diligências em busca da apuração correta dos fatos, cabendo ao julgador analisar se necessárias ou não as novas diligências requeridas.

O princípio do contraditório tem respaldo constitucional (art. 5º, LV, da CF/88) e traduz-se no binômio ciência e participação, conferindo às partes a possibilidade de influir no convencimento do magistrado, oportunizando-se a participação e a manifestação sobre os atos que constituem a evolução processual.

Nesse diapasão, *in casu*, cumpre registrar que a prova foi devidamente submetida ao contraditório, no que oportunizado à defesa do acusado a ciência e a manifestação sobre o conteúdo do vídeo. A propósito, conforme se extrai dos termos das alegações finais, a Defesa, devidamente cientificada da juntada do referido elemento probatório, apresentou requerimento de desentranhamento da mídia trazida aos autos pelo *Parquet* (fls. 150-159).

¹ LIMA. Renato Brasileiro de. Código de processo penal comentado. Salvador: Juspodivm, 2016, pág. 658.

Nesse sentido, verifica-se, pois, que a aludida prova foi devidamente submetida ao contraditório, tendo sido oportunizado à Defesa manifestar-se sobre o conteúdo da mídia.

Por fim, observa-se que nenhum prejuízo concreto foi indicado, sem o qual não há falar em nulidade e/ou necessidade de reabertura da instrução.

Rejeito, pois, a preliminar.

Passo à análise do mérito recursal.

Com efeito, o acervo probatório constituído até o momento, notadamente a portaria de instauração de inquérito policial de fls. 2d-3, a comunicação de ocorrência policial de fls. 4-5; o termo de requerimento de medidas protetivas de fl. 7; o Laudo de Exame de Corpo de Delito n. 47179/18 - lesões corporais (fls. 11-17); a mídia de vídeo juntada à fl. 144, a qual veio corroborada pelos depoimentos prestados por ocasião da audiência de instrução (mídia de fl. 135), converge com os indícios de que o réu, em tese, incorreu na prática do crime de feminicídio na forma tentada.

No Laudo de Exame de Corpo de Delito n. 47.179/18 - lesões corporais (fls. 11-17), os peritos descreveram a existência de "*equimoses arroxeadas e avermelhadas múltiplas, associadas a edema traumático moderado, em: ambas as pálpebras, bilateralmente; regiões infrapalpebrais, região zigomática direita. Equimoses arroxeadas e avermelhadas múltiplas em: braço direito, de até 10cm, com tênues escoriações lenticular; quarto dedo da mão direita, lenticular. Escoriações com crosta hemática, de até 1,8cm, em joelho direito e orelha esquerda. Hemorragia subconjuntival em olho direito*".

Em juízo, a vítima **K. B. D. L.** relatou que foi casada com o acusado por seis meses e que, à época dos fatos, estava separada de F. há três meses. Narrou que o réu não estava aceitando o fim do relacionamento. Destacou que mantinha contato com o acusado com a finalidade de pegar seus objetos, e que mentia para o réu porque tinha medo de suas reações. Quanto ao dia dos fatos, a vítima narrou que havia falado para o réu que estava em Águas Lindas/GO, porém, em determinado momento, o acusado chegou ao hotel em que ela trabalhava e pediu para conversarem. Então, o réu lhe perguntou: "*você estava em Águas Lindas né?*". Ato contínuo, o réu iniciou as agressões, desferindo-lhe murros, chutes e pontapés no rosto. K. narrou que caiu da escada, que ficou desacordada e, mesmo assim, o réu continuou as agressões contra ela. Narrou que o acusado falou para sua nora que iria matar K., que ele tinha uma faca dentro do veículo e que havia se deslocado até o local com esse objetivo, porém somente não a matou por dó.

A testemunha **A. B. D. O.**, em juízo, afirmou que, no dia dos fatos, o

réu chegou ao local de trabalho de K. e pediu para conversar com a ofendida. Narrou que viu o réu desferir um murro na vítima, a qual caiu ao chão imediatamente. Nesse momento, a deponete chamou E., proprietário do hotel, para ajudar K.. Destacou que, mesmo com a vítima caída ao chão, o réu continuou agredindo-a com socos e chutes no rosto. A testemunha relatou ainda que enquanto agredia a vítima, o acusado disse: *"você vai me pagar, sua vagabunda, você está me fazendo de palhaço, isso não vai ficar assim"*.

A testemunha **E. M. D. S.**, em juízo, disse que viu o momento em que o acusado chegou ao hotel e observou que ele estava bastante nervoso. Disse que ouviu o chamado de A. e, no momento em que ele desceu as escadas, viu o acusado agredindo K.. Quanto às agressões, a testemunha narrou que quando o acusado desferiu o primeiro murro contra o rosto da vítima, ela desmaiou, e, mesmo ela desarcodada, o réu continuou a agredi-la. Destacou que o réu somente cessou as agressões no momento em que E. chegou e, logo em seguida, ainda o ameaçou, mandando que ele se afastasse e simulando retirar algum objeto da jaqueta.

Conforme bem ponderou a Magistrada, *"o acusado agrediu a vítima com socos e chutes violentos no rosto e cabeça, local de grande letalidade, deixando-a com a face completamente desfigurada"*.

A despeito de o réu alegar ausência de dolo homicida, a prova oral produzida em sede judicial demonstra que há indícios de que o réu somente parou de agredir a vítima após a chegada da testemunha E.. Dos elementos de provas carreados aos autos, não é possível concluir que o réu cessou as agressões voluntariamente, pois há claros indícios de que F. somente encerrou o ataque no momento em que percebeu a presença de outras pessoas no local.

Nesse sentido, os elementos cotejados são indicativos da intenção ou do risco assumido pelo recorrente de produzir o resultado morte.

Nesse ponto, a MM. Juíza anotou que *"as provas carreadas aos autos, mormente as imagens das agressões (fl. 144) e a prova oral obtida durante a fase de instrução, apontam indícios de que o agressor pretendia matar a vítima quando a golpeou por diversas vezes com violentos socos e chutes na cabeça, inclusive quando estava caída ao chão"*.

O crime de feminicídio foi incluído no Código Penal pela Lei 13.104 de 2015, responsável, dentre outras, por criar nova forma qualificada do homicídio cometido *"contra a mulher por razões da condição de sexo feminino"*.

O § 2º-A do art. 121 do CP esclarece as hipóteses em que se considera a especial razão qualificada do tipo:

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Ao comentar a inovação legislativa, Guilherme de Souza Nucci² leciona que a opção normativa da Lei 13.104 de 2015 está fundamentada na maior proteção da mulher, normalmente inferiorizada por questões físicas, culturais e econômicas, em evidente continuidade da proteção conferida pela Lei Maria da Penha, apesar de não se restringir ao âmbito doméstico e familiar:

Imagine-se que o agente mate a mulher, porque é misógino. O motivo pode ser considerado torpe (ódio às mulheres) e ainda é aplicável a qualificadora de eliminar a vida da mulher, porque ela é do sexo frágil, física e culturalmente frágil. Aliás, esse foi um dos focos de debate da Lei 11.340/2006: seria ela inconstitucional, pois confere maior proteção à mulher que ao homem? Chegou-se, majoritariamente, à conclusão que não, pois se está tutelando desigualmente os desiguais.

Na espécie, de pronto, não é possível descartar o *animus necandi*, pois há relatos de que o acusado verbalizou para terceiros a intenção de matar a vítima, conforme esta descreveu. Ademais, mesmo com a vítima caída ao chão, após o primeiro ataque, o réu continuou desferindo diversos golpes contra ela, notadamente em região de grande letalidade - rosto e cabeça. O laudo de exame de corpo de delito evidencia que as agressões, em sua maioria, foram direcionadas para acertar o rosto de K..

A propósito, o fato de os peritos criminais terem certificado no laudo

² NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 17 ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. pág. 770

de exame de corpo de delito que das lesões não resultaram para a vítima perigo de vida (quesito n. 4) e nem incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias ou debilidade permanente de membro, sentido ou função (quesito n. 5), não afasta, por si só, o *animus necandi* do recorrente, porquanto o exame pericial deve ser analisado em conjunto com os demais elementos e indícios de prova colhidos durante a instrução processual.

No presente caso, os elementos que compõem o acervo probatório não afastam, de modo inequívoco, a vontade homicida do recorrente, motivo pelo qual a tese deve ser submetida ao juízo natural da causa - Conselho de Sentença.

Eventual dúvida quanto à tentativa, ou se houve ou não *animus necandi* deve ser dirimida pelo Tribunal do Júri, sob pena de usurpação da competência desse.

Por fim, a Defesa sustenta que houve negativa de prestação jurisdicional, porquanto seu requerimento de desentranhamento da mídia acostada à fl. 144, formulado em suas alegações finais, não fora devidamente analisado pelo Juízo do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Taguatinga.

No entanto, conforme narrado alhures, a magistrada de origem, de forma fundamentada, declarou-se incompetente para o processamento e o julgamento da presente demanda criminal. Assim, a MM. Juíza declinou da competência e determinou a remessa dos autos ao Tribunal do Júri de Taguatinga, o qual terá competência ampla para decidir as questões processuais.

Acrescente-se que o § 1º do art. 108 do Código de Processo Penal dispõe que, quando a autoridade judiciária declina da competência, "*o feito será remetido ao juízo competente, onde, ratificados os atos anteriores, o processo prosseguirá*".

Destarte, as questões suscitadas serão analisadas e decididas pelo juízo competente, o qual terá ainda competência para a ratificação dos atos já praticados.

Ante o exposto, **conheço do recurso** e a ele **NEGO PROVIMENTO**.
É o meu voto.

O Senhor Desembargador SEBASTIÃO COELHO - Vogal

Com o relator

A Senhora Desembargadora NILSONI DE FREITAS CUSTODIO - Vogal

Com o relator

DECISÃO

CONHECIDO. NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.